

3

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste estudo desenvolve-se na relação entre os estudos sobre a construção de identidades de um adolescente homossexual, no contexto da entrevista de pesquisa, com foco nas relações de ordem micro interacional e macro social do discurso, e os estudos da narrativa, como uma abordagem teórica e metodológica, de emergência das construções identitárias.

As construções de identidades se dão no curso da entrevista de pesquisa, na interação com o entrevistador, em que também emergem, através das narrativas, construções sócio-históricas da vida do adolescente. As identidades são relacionais e circulam em contextos de interação; são também posicionamentos do 'eu' e do outro (Bucholtz & Hall, 2005).

Com base na abordagem da análise da narrativa (Labov, 1972) e da estória de vida (Linde, 1993), busca-se teorizar a partir de concepções históricas e sociais, a partir de um estudo de caso, na adolescência.

Assim, o capítulo divide-se em duas seções: Concepções de identidades e Análise da narrativa. A primeira seção abordará os princípios norteadores sobre as construções de identidades, o posicionamento sócio-interacional do 'eu' com o(s) outro(s), envolvendo discussões sobre identidade e estigma, confiança e intimidade, semelhança e diferença e os alinhamentos interacionais e as projeções do 'eu'. Na segunda seção, enfocaremos narrativa, avaliação, estória de vida, crônica, explicação e o modelo de tempo de Mishler (2002).

3.1

Concepções de identidades

Informam nossa perspectiva teórica, em relação às identidades, as concepções de identidades sociais e como discursivas construídas na interação e sócio- historicamente. Os princípios norteadores (seção 3.1.1) sobre as construções de identidades na interação são estabelecidos principalmente a partir

de Bucholtz & Hall (2005), que contemplam abordagens interacionistas e sócio-culturais, que tornam relevantes a emergência de identidades na interação com o outro. Para as autoras, identidade é um fenômeno relacional e sócio-cultural que emerge e circula em contextos discursivos locais de interação, e não uma estrutura estável da mente humana ou de categorias sociais fixas; identidade é também um posicionamento social do self e do outro (p. 585-586).

Na posição socioconstrutivista (Moita Lopes, 2003, p. 23), o ponto principal da proposta é o fato dos significados serem entendidos como resultado dos processos sociointeracionais em que nos engajamos diariamente para compreendermos melhor a vida à nossa volta. Nessa visão, “reafirma-se a centralidade da construção discursiva das identidades sociais, o que quer dizer que, quando vamos investigá-las, as identidades não estão prontas e fixas, mas sim situadas nos processos discursivos de suas construções” (Moita Lopes, 2003, p. 24). Aprendemos a ser quem somos como homens, mulheres, heterossexuais, homoeróticos, brancos e negros, por exemplo, nas práticas discursivas em que interagimos com o outro e que têm, portanto, uma base sócio-histórica e cultural.

Estudar o discurso na perspectiva socioconstrutivista é ter a ação situada em relação a alguém, que incorpora também a possibilidade de que é possível reverter práticas discursivas que nos posicionam assimetricamente nos embates discursivos em que agimos. Essa visão, segundo Moita Lopes (2003, p. 26), também completa a forma de como o poder perpassa as interações sociais do dia-a-dia de maneiras específicas no nível de micro-poderes cotidianos, em várias situações, influenciando as identidades sociais de raça, classe social, gênero, sexualidade, dentre outras, com frequência, simultaneamente.

Por fim, entende-se por identidades sociais como construções sociais e, portanto, discursivas, visto que aprendemos a ser quem somos nos encontros interacionais de todo dia. Na posição de Hall (1996, p. 2), compreendem-se as identidades culturais como não tendo uma base imutável que se mantém a mesma no decorrer da história. Sobre essa compreensão das identidades sociais, Hall (1996, p. 4) diz que:

“as identidades não são unificadas e, na modernidade tardia, são cada vez mais fragmentadas e fraturadas, nunca singulares, mas construídas de forma múltipla nos diferentes discursos, práticas e posições, freqüentemente entrecruzados e antagônicos”.

Assim, por exemplo, um homem, não só é homossexual, mas também advogado, professor, católico, branco, dentre outros, possuindo traços identitários que muitas vezes existem dentro do mesmo indivíduo de formas diferentes nas mesmas práticas discursivas ou em outras.

Sarup (1996, p. 15) considera o fato de que “qualquer estudo sobre a identidade deve ser localizado no espaço e no tempo. Apreende-se a identidade não no abstrato, mas sempre em relação a um lugar, tempo específicos” e a todos os participantes envolvidos na construção da identidade social.

Segundo Moita Lopes (2002, p.138), “as identidades sociais têm sido descritas como fragmentadas, e, portanto, complexas, no sentido de que não são homogêneas. As pessoas não podem ser definidas somente por sua sexualidade ou por sua classe social.”. Quando instituímos as identidades como fragmentadas, contraditórias e fluidas, essa perspectiva da identidade como construção social é compreendida como a forma que as pessoas se posicionam ou são posicionadas no discurso e, assim, fazendo parte das interações que estão envolvidas ou das várias práticas discursivas onde atuam. (Moita Lopes, 2002, p. 140).

Na adolescência, a fluidez, a fragmentação e a contradição são traços típicos das identidades sociais que fazem parte dos embates discursivos nos quais os adolescentes participam (Moita Lopes, 2002, p. 142). O autor considera:

“a sexualidade como um traço de nossa identidade socialmente construída em termos de como aprendemos a nos representar à luz de como os outros nos representam e vice-versa nas práticas discursivas onde atuamos. E ainda que é dinâmica e não segue em uma só direção, por assim dizer, a vida toda. Ou seja, nos posicionamos diferentemente em identidades sexuais distintas em períodos diversos de nossas vidas e em práticas discursivas desiguais.” (2002, p.100)

3.1.1

Princípios norteadores sobre as construções de identidades

Bucholtz & Hall (2005) estabelecem assim os seguintes princípios em relação às construções de identidades: 1) O princípio da emergência; 2) O princípio da posicionalidade; 3) O princípio da indexabilidade; 4) O princípio da relacionalidade; 5) O princípio da parcialidade.

Pelo princípio da emergência (Bucholtz & Hall, *idem*, p. 587), as identidades emergem em alguma forma de discurso. Em nosso estudo, a emergência se dá no contexto da entrevista de pesquisa, na co-construção da história de vida (Linde, 1993) do sujeito da pesquisa.

Hall (2000, p.103-113) demonstra que é importante perceber o papel desempenhado pelas narrativas nos complexos processos de construção da identidade e da alteridade. Ao compreendermos a identidade como uma construção discursiva incompleta, percebe-se que os indivíduos estabelecem relações com as narrativas com as quais se deparam.

De acordo com o princípio da posicionalidade (Bucholtz & Hall, *idem*, p. 592), as autoras contemplam perspectivas sobre identidades envolvendo categorias de macro nível social, construções culturais bem como identidades locais e transitórias construídas interacionamente, que emergem no discurso através de papéis e de orientação dos participantes como avaliador, contador, ouvinte, falante, categorias identitárias locais e posições interacionais transitórias.

O princípio da indexabilidade (Bucholtz & Hall, *idem*, p. 593-95) está relacionado ao da emergência, mas diz respeito a como as identidades são constituídas, envolvendo relações semióticas entre formas lingüísticas e significados sociais. As autoras mencionam vários estudos que podem trazer as formas lingüísticas que funcionam como indexais, como implicaturas e pressuposições em relação às posições do *self* e do outro; orientações avaliativas e epistêmicas no curso da fala, alinhamentos interacionais e papéis dos participantes; uso de estruturas lingüísticas e de sistemas associados ideologicamente com pessoas e grupos específicos. Em nosso estudo, serão

importantes as diferentes formas de projeções do ‘eu’, a partir de Goofman (1981[2002]), no artigo sobre *footing*.

O princípio da relacionalidade (Bucholtz & Hall, *idem*, p. 598) diz respeito à relação com o outro, implicando que as identidades não são autônomas nem independentes, adquirindo significado social em relação a outras posições de identidades e de outros atores sociais e envolvendo relações de semelhanças e diferenças.

A partir dos princípios de Bucholtz & Hall (2005), estabelecemos, a seguir, posicionamentos de ordem teórica importantes, na relação com outros estudos.

3.1.1.1

O posicionamento sócio-interacional do ‘eu’ com o(s) outro(s)

Segundo Brandão (2003, p. 18-30), a alteridade molda o que dizemos e, da mesma forma, como nos percebemos à luz do que o outro representa para nós: a identidade não é uma qualidade inerente de uma pessoa, ela nasce na interação com os outros, isto é, as práticas discursivas moldam nossas identidades sociais.

O gênero não é fixado antes da interação social, mas é construído na interação com os outros (os interlocutores), ou seja, as identidades são construídas no discurso, sendo, portanto fragmentadas, contraditórias e ambíguas. Bastos & Santos (2006, p. 223-234) colocam “a identidade como um processo e como um fenômeno relacional, uma vez que sua existência tem como referência algo fora de si mesma.” É na interação com os interlocutores que nos construímos, mostramos pertencimento a certos grupos e não a outros, e assim desenvolvem-se sentidos de inclusão e exclusão social.

Segundo Kae (2003, p. 49), a identidade se constrói através de dois processos distintos e articulados:

- “- de representações e de enunciados fundamentais, próprios do conjunto humano, que sustentam nos sujeitos desse conjunto os interditos, as certezas e as crenças dos quais os contratos coletivos e os mitos são as garantias.
- das representações reenviadas ao grupo, do exterior, pois a identidade se constrói não somente de uma maneira, interna a um grupo. Estas representações

são importantes, pois elas trazem como efeito a diferenciação entre o dentro e o fora. Distinção que, por sua vez, operará uma afirmação identitária por espelhamento.”

A identidade é ao mesmo tempo definida a partir de dentro dos grupos (de pertencimento), mas, também, pelo que os outros reenviam. Existe uma distância entre a identidade tal como ela é definida parcialmente no conjunto ao qual se reconhece como seus membros, e a representação que é reenviada do exterior, ou seja, é a questão do encontro inter-social e inter-cultural.

Silva (2000, 97-98) afirma que

“(...) a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas (...) está ligada a sistemas de representação”.

3.1.1.1.1

Identidade e estigma

A interação e/ou silenciamento das relações que se estabelecem entre o adolescente e outro(s) de seu convívio, em seus relatos, se dão, de acordo com Liang (1999), aos seguintes elementos: (i) o que constitui um *self* culturalmente aprovado; (ii) o grau em que o *self* é aceito pelos participantes; (iii) o poder de cada participante na interação ou fora da interação (p. 293). Esses elementos podem fazer com que haja o silenciamento ou o discurso silencioso (ver também Lead, 1999, p. 266-67), com implicações para ‘sair’ ou permanecer ‘no armário’ (Liang, 1999; Land & Kitzinger, 2005).

Goffman (1988, p.14) diz que:

“o termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e é imediatamente perceptível por eles. No primeiro caso, está se lidando com a condição do desacreditado, no segundo, com a do desacreditável.”

Goffman (1988) procura esclarecer a relação do estigma com a questão do desvio e a questão da manipulação da informação. A primeira se ocupa

essencialmente do indivíduo desacreditável, aquele cuja característica ou defeito distinto que o torna diferente dos outros ditos normais não é ainda conhecida nem é imediatamente perceptível. A questão da manipulação da informação sobre essa mesma característica ou defeito: “Exibi-lo ou aceitá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir e, em cada caso, para quem, como, quando e onde.” (p.51).

Goffman (1988) trata da visibilidade do estigma, ou seja, “até que ponto o estigma está adaptado para fornecer meios de comunicar que um indivíduo o possui” (p. 58). A visibilidade como fator crucial e ainda a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido” (p. 59). Ela deve ser diferenciada de outra de suas bases específicas, a saber, a intrusibilidade; e deve ser dissociada de certas contingências do que pode ser chamado de seu “foco de percepção” (p. 60), ou seja, é importante que se abandone o que comumente as pessoas ditas normais desenvolvem: as concepções que desqualificam o portador de certo estigma.

Segundo Goffman (1988), o fato de se conhecer pessoalmente o estigmatizado e de se poder vir a estabelecer com ele uma rotina diária de normalização da interação não diminui a não-aceitação: “(...), deve-se continuar a ver que a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo” (p.63). No entanto, toda a questão da manipulação do estigma está intimamente relacionada com o fato de se conhecer pessoalmente ou não o indivíduo estigmatizado. Relativamente ao encobrimento do estigma, Goffman (1988, p. 91) defende que “(...) a extensão do encobrimento pode variar, de um encobrimento involuntário e momentâneo, num extremo, ao clássico tipo de encobrimento total, no outro”.

Goffman (1988) não concorda com a suposição de que o fenômeno do “encobrimento” leva o indivíduo a viver num alto nível de tensão e ansiedade por ter de manter uma imagem falsa que poderá colapsar a qualquer momento. Argumenta o autor: “Acho que o estudo cuidadoso de pessoas que se encobrem mostraria que nem sempre há esta ansiedade e que nesse ponto, as nossas concepções tradicionais sobre a natureza humana podem enganar-nos seriamente” (p. 98).

Em relação à manipulação do estigma, este pode afetar não só o indivíduo estigmatizado como também familiares e amigos que o ajudem no processo de encobrimento perante outros, ou seja, a própria família e os amigos do estigmatizado o escondem e tentam anular as marcas ou as características estigmatizadoras para a sociedade.

3.1.1.1.2

Confiança e Intimidade

Quando narramos as nossas histórias de vida, construímos identidades sujeitas aos valores, regras e julgamentos nossos, do grupo e da sociedade em que estamos inseridos. O adolescente também tem uma forte relação entre os valores de confiança e intimidade e os seus pares nas interações sociais, pois há um momento de tensão em relação à revelação da sua homossexualidade.

Muitos adolescentes homossexuais têm resistência em contar e expor a sua sexualidade numa sociedade homofóbica. Há uma preocupação: se sua revelação pode prejudicá-los. A todo momento, eles se arriscam a serem questionados quanto aos seus desejos e não sabem como as pessoas que os escutam vão reagir (Castañeda, 2007).

Na fase da adolescência, a lealdade é uma virtude da confiança, sendo a chave para as etapas que estão por vir. Nesta etapa da vida do indivíduo, ele deve estar seguro em relação a sua identidade construída e a que está por construir, para depois estabelecer uma conexão com outrem (Isay, 1998).

Segundo Erikson (1972, p.61), uma das principais tarefas da adolescência é a construção de identidade. Em virtude de tantas modificações, a adolescência em si constitui-se em um período de crise, crucial ao desenvolvimento, e a presença de inquietação e angústia são vistas como "normais" neste período.

A construção da identidade pessoal e social acontece de forma interativa, no meio em que se convive e com trocas com outras pessoas, seja da família ou amigos em comum. Segundo Erikson (1972, p. 62), a identidade não deve ser vista como algo imutável e estático, mas sim algo em constante desenvolvimento.

O momento em que o adolescente inicia a sua vida sexual e revela-se como homossexual aos outros é caracterizado pela expressão “sair do armário” (Sedwick ([1990]1994). Conforme já demonstramos, essa expressão é complexa, pois não envolve somente o período da descoberta homossexual do adolescente, mas durante toda a vida, quando a sua sexualidade velada pode ser descoberta.

O adolescente homossexual pode “sair do armário” para as pessoas nas quais sente confiança ou com aquelas com quem tem intimidade, mas “sair do armário” não significa que termina a relação com o armário; o homoerótico estará exposto a uma cultura homofóbica, que vai da família aos grupos sócio-culturais a que pertence (Castañeda, 2007).

3.1.1.1.3

Semelhança e Diferença

As identidades são dependentes e relacionadas com a semelhança e diferença do indivíduo e seu grupo. A semelhança permite ao indivíduo imaginar a si mesmo no grupo, e a diferença produz distância social entre os que percebem a si mesmos como desiguais (Woodward, 2000).

Segundo Bucholtz & Hall (2003), notaremos as semelhanças e diferenças, mas não conseguiremos captar precisamente as relações de poder e categorias marcadas/ não marcadas em que as identidades estarão envolvidas, pois semelhança e diferença não têm um *status* objetivo, são processos fenomenológicos que emergem da interação social e serão vistas então as formas pelas quais similaridades e diferenças se organizam hierarquicamente em contextos sociais.

A questão da identidade e da diferença está no centro da teoria social e da prática política (Woodward, 2000). O atual debate sobre identidade e a diferença está associado ao processo de transformação social, ou seja, a identidade se constrói à medida que a significação e a representação cultural se desenvolvem permitindo ao indivíduo localizar-se de diversas formas na sociedade.

Para Woodward (2000, p.38-39), “a base da discussão sobre as questões da identidade e da diferença está na tensão entre perspectivas essencialistas e

perspectivas não-essencialistas sobre identidade”. Na visão essencialista, fundamenta-se a identidade na ‘verdade’ da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à “realidade” de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história. Na visão não-essencialista, identidade concerne à questão da diferença, enfatiza-se a identidade não como essência fixa, ou seja, uma construção, inacabada e fragmentada (Woodward, 2000). Pode ser vista como “contingente, isto é, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares” (Woodward, 2000, p. 38).

Por meio da linguagem, podemos disseminar valores, significados, representar, dentre outros, auxiliando a construção da identidade, segundo Silva (2000, pp. 76-77) “(...) a identidade e diferença são o resultado de atos de criação lingüística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. (...) É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais (...)”.

Estudiosos como a antropóloga Mary Douglas² (Woodward, 2000, p. 42) posicionam-se na questão da identidade e diferença argumentando que a marcação da diferença é a “base da cultura porque as coisas ganham sentido por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório”. Para Woodward (2000, p. 39), nos sistemas de representação, a identidade e a diferença adquirem sentido e a se ligam a sistemas de poder.

3.1.1.2

Os alinhamentos interacionais e as projeções do ‘eu’

Ribeiro e Garcez (2002, p. 107) tratam do conceito de *footing* introduzido por Goffman em 1979³ já como uma continuação do conceito de enquadre no discurso. *Footing* representa o alinhamento, a posição, a postura, a projeção do

² DOUGLAS, M. **Purity and Danger: na analysis of pollution and taboo**. Londres: Routledge, 1966, p. 38-39.

³ Ribeiro e Garcez (2002, p. 107) trazem o trabalho de Erving Goffman, traduzido por Beatriz Fontana, publicado originalmente no periódico **Semiótica**, 25: 1-29, de 1979.

“eu” de um participante na sua relação ou interação com o outro, consigo mesmo e com o discurso em interação.

Em todas as situações de interação face-a-face, os alinhamentos dos participantes são significados ou sinalizados no modo como eles gerenciam a produção ou recepção das elocuições (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 107).

Ribeiro e Garcez (2002, p. 108) explicam que “os alinhamentos são introduzidos e negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação.” Sinalizam características pessoais (fala polida, agradável), papéis sociais (pessoa na situação de autoridade ou chefia) e papéis discursivos (o falante enquanto animador de um discurso alheio).

Com uma nova construção das noções de falante e ouvinte, Goffman (1979) passou a trabalhar com a complexidade das relações discursivas na estrutura de produção do falante e de participação do ouvinte. Ele demonstrou que a comunicação face a face requereria o engajamento de todos os participantes, já que precisava de esforços de cooperação mútua entre falantes e ouvintes.

Os participantes estão sempre a mudar os seus alinhamentos (*footings*) no decorrer de suas falas e “uma mudança de *footing* implica uma mudança no *alinhamento*” que os participantes assumem para eles mesmos e para os outros presentes em uma situação comunicativa e qualquer mudança de alinhamento está intrinsecamente vinculada à linguagem (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 113).

Os alinhamentos interacionais e as projeções do ‘eu’ (Goffman [1981]2002) relacionam-se ao princípio de posicionalidade de Bucholtz & Hall (2005, p. 591), segundo o qual as identidades emergem no discurso através de papéis discursivos como avaliador, ouvinte, falante. Os papéis discursivos podem relacionar-se à ordem social.

Goffman ([1981]2002, p. 133-142), ao propor, nos formatos de produção, as projeções do ‘eu’, considera que o eu pode apresentar-se de várias formas – afirmando, distanciando e articulando papéis discursivos como animador, autor, responsável e figura. As atividades discursivas do falante podem ser constituídas pelo conjunto dessas funções.

O animador é considerado “a máquina de falar” de um interlocutor ou as características do falante relativas à produção físico-acústica da fala. As categorias

de animador e interlocutor não se referem aos papéis sociais no sentido amplo ou como identidades, porém apenas categorias funcionais ou analíticas (Goffman [1981]2002, p. 133-142).

A noção de autor diz respeito a alguém que escolheu as palavras e selecionou os sentimentos que estão sendo expressos. Ele é aquele que responde pelo conteúdo da fala (Goffman [1981]2002, p. 133-142).

O responsável é aquele que assume a posição, crenças, opiniões expressas nas expressões ditas e está comprometido com o que as palavras expressam. Ele é identificado a algum papel ou identidade social, pertencente a um grupo, associação, relação ou categoria com uma identidade socialmente identificada. Como membro de uma identidade social específica, o responsável pode falar em nome de “nós” e também de “eu”, podendo incluir bem mais do que ele mesmo (Goffman [1981]2002, p. 133-142).

A figura é a imagem projetada pelo falante no discurso e que pertence ao universo sobre o qual se está falando e não ao universo no qual a fala ocorre.

Assim, trabalhar com a análise de alinhamentos significa olhar para o desempenho das identidades sociais e linguísticas de um adolescente engajado em situações de interação face a face, como as identidades aparecem, como se constituem e como se alteram no fluxo do discurso e da interação.

3.2

Análise da narrativa

A abordagem da análise da narrativa é aqui considerada como o lugar de emergência das construções identitárias do sujeito da pesquisa, no contexto da entrevista de pesquisa. São importantes, para o estudo, as abordagens de Labov (1972), sobre a estrutura da narrativa, e de Linde (1993) sobre estória de vida.

As narrativas estão sempre presentes no nosso tempo interacional e mostramos para o outro quem somos e como percebemos o mundo. Ao analisar a entrevista do sujeito de pesquisa, considera-se a estrutura das narrativas, as estórias de vida que são contadas, incluindo as crônicas, explicações e avaliações utilizadas durante o ato de narrar.

Essa seção foi subdividida em seis partes. A primeira enfoca a narrativa sob a visão de Labov (1972), Linde (1993) e Bastos (2005). A segunda subseção trata da avaliação (Labov, 1972; Linde, 1993; Bastos, 2005). A terceira versa sobre Estória de vida (Linde, 1993; Bastos, 2005), em seguida vem a quarta subseção, que trata das crônicas (Linde, 1993). A quinta versa sobre explicação (Linde, 1993) e a sexta, sobre o Modelo de tempo de Mishler (2002).

3.2.1

Narrativa

A narrativa, segundo Bastos (2005), é mais freqüentemente caracterizada como um ato de linguagem que faz referência a uma série de ações ou acontecimentos situados no passado, sejam esses reais ou ficcionais.

Labov (1972, p. 359-60) define a narrativa como um método para recapitular experiências passadas, comparando uma seqüência verbal de proposições capaz de estabelecer uma relação entre uma série de sentenças e uma série de acontecimentos.

Para o autor, a narrativa tem duas funções fundamentais: de referência – aparece na transmissão de informações que se encontram na narrativa; e de avaliação – transmite ao ouvinte o motivo da narrativa ter sido contada, tanto na forma da expressão explícita da importância da história para o narrador, como na dos juízos de valor emitidos ao longo da narrativa.

Labov (1972, p. 360) demonstrou que a narrativa de experiências pessoais é um tópico produtivo para a conversação espontânea. Ao narrar as suas experiências de vida, o falante naturalmente se envolve com o referente da conversa, desligando-se da forma como verbaliza esse referente. Desse modo, quanto mais envolvente for o tipo de experiência narrada, quanto mais de perto ela tocar o falante, mais produtiva será a entrevista. O ponto da narrativa é sua razão de ser, é o motivo pelo qual é contada, o que está contido em sua mensagem central.

Além de ter um ponto, a narrativa deve ser contável, ou seja, deve fazer referência a algo extraordinário. Labov (1997, p. 396) referencia que a narrativa

deve ter credibilidade, equilibrando com a reportabilidade ou oferecer evidências da credibilidade do que se reporta.

Segundo Linde (1993, p. 9), as narrativas devem ter um ponto sobre o falante e ter reportabilidade. Ao colocar que devem ter um ponto sobre o falante, a autora quer dizer que a narrativa apresenta algo sobre o caráter do narrador, sobre que tipo de pessoa o narrador é. Ter reportabilidade, por sua vez, significa não apenas ser suficientemente extraordinário para ser contado, mas ter reportabilidade estendida, que é a possibilidade de a narrativa ser recontada em momentos e contextos diferentes, justamente por se tratar de um marco na vida do narrador.

Linde (1993, p. 4) destaca que a narrativa é conhecida como um dos mais importantes recursos sociais para a criação e manutenção da identidade, ou seja, ao se construírem para os seus interlocutores, os narradores revelam peças do grande quebra-cabeça de suas identidades. Linde (1993, p. 6) afirma que a narrativa é usada para criar sentido do 'eu' e como um dos mais importantes recursos que usamos para negociar este 'eu' com os outros. Para a autora, estamos construindo nossas identidades sociais ao nos posicionarmos diante de nossos interlocutores e diante dos personagens que povoam as narrativas.

As relações em jogo na narrativa, segundo Linde (1993, p. 67), envolvem relações não somente entre os participantes na situação de fala, mas também relações reportadas na narrativa, e as relações entre os participantes na situação de fala e os personagens na narrativa. Isso não quer dizer que esses sentidos e as assimetrias nas histórias não possam ser contestados.

Outro aspecto apontado por Linde (1993, p. 68) a respeito da narrativa é a multiplicidade de relações estabelecidas através das narrativas. Segundo a autora, ao contar uma história repetida vezes, o narrador manteria uma relação com os personagens que integram o mundo da narrativa. Diversas relações podem ser estabelecidas, tais como: a relação do narrador com o interlocutor; a relação do narrador com os personagens da narrativa; a relação entre os personagens da narrativa; a relação do interlocutor com os personagens da narrativa; e a relação do interlocutor com a narrativa.

Neste trabalho, buscamos entender o que o adolescente homoerótico diz e por que o diz; quais são os papéis sociais e discursivos assumidos por ele, o entrevistador e os personagens das narrativas.

3.2.1.1

Avaliação

O mais complexo, e certamente o mais fascinante, elemento da estrutura narrativa identificado por Labov (1972) é a avaliação, que contém informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa e que é usada para indicar o seu ponto. Também, essa sinalização de clima emotivo é um fator de reportabilidade (Bastos, 2005).

Labov (1972) chama a atenção para a ocorrência de formas intermediárias de avaliação (entre o externo/explicito e o encaixado/implícito), como a técnica de introduzir falas relatadas próprias ou de outras pessoas que avaliam as ações do narrador. Trata-se de uma técnica bastante sofisticada que, segundo Labov, é utilizada apenas por narradores mais experientes e muito hábeis, de classe trabalhadora.

Bastos (2005, p. 77) indica que, na orientação de Labov (1972), há dois tipos básicos de avaliação: a avaliação externa e a encaixada. A avaliação externa acontece quando o narrador suspende o fluxo da narrativa e diz diretamente para o ouvinte que sua experiência foi, por exemplo, horrível, ou perigosa, ou estranha, ou divertida, etc.; ou explica para o ouvinte o porquê de suas emoções em relação aos eventos reportados. Mas é também possível transmitir ao ouvinte sua avaliação sem interromper a narrativa, utilizando outros recursos discursivos.

Linde (1997, p. 151) compreende a avaliação como um tipo de fenômeno da linguagem que extrapola o âmbito da estrutura lingüística e da narrativa. Para a autora, a avaliação compõe uma dimensão moral e aponta para ordens e normas sociais em jogo no contexto em que os interactantes se inserem. A avaliação é vista como uma prática social, negociada e produzida pelos interactantes, possuindo funções específicas em diversos tipos de discurso que não apenas o discurso narrativo.

Linde (1997, p. 152) identifica três tipos de avaliação: incidental – funcionam ao nível da sentença ou abaixo dela; de nível constituinte – ocorrem como componentes estruturais de uma unidade do discurso; e de nível tópico – negociação reais focadas no valor e nas ações apropriadas a serem tomadas.

3.2.2

Estória de vida

As identidades nas relações familiares e sociais do adolescente, na entrevista de pesquisa, são construídas por meio de narrativas e estórias de vida. Adotamos o termo ‘estórias de vida’ por entender que funcionam na produção e manutenção de identidades. Ao narrá-las, contamos como nos tornamos o que somos e mostramos aos outros o que devem saber sobre nós para nos conhecerem (Bastos, 2005).

Bastos (2005, p. 74) defende que estudar estórias é uma forma de compreender a vida em sociedade. Nessa atividade de narrar, não apenas transmitimos o sentido de quem somos, mas também construímos relações com os outros e com o mundo que nos cerca. Para a autora, atualmente tem-se procurado compreender por que as narrativas são tão presentes em nossas vidas cotidianas, o que significa contá-las, o que estamos fazendo ao contá-las ou por que gostamos de contá-las e ouvi-las.

Linde (1993, p. 68) define a estória de vida como uma unidade oral de interação social, descontínua, contada em muitas ocasiões e ajustada a uma ocasião específica, a um endereçamento específico, refletindo mudanças na situação do falante, nos valores, na compreensão, e, conseqüentemente, nas práticas discursivas, já que os sentidos são construídos na interação.

Para Linde (idem, p. 68), uma estória de vida consiste em narrativas e unidades discursivas a elas associadas, tais como explicações, crônicas e conexões entre elas. A estória de vida é uma unidade aberta, que muda pela adição de estórias sobre novos eventos e pela reinterpretação de velhas estórias para expressar novas avaliações.

Linde (idem, p. 72) destaca o papel da memória na construção de quem somos, afirmando que as narrativas formam uma parte integral da coerência geral projetada para nossa estória de vida e para nossa apresentação como pessoa moral. A experiência de vida narrativizada teria, então, o potencial de constituir um sentido de identidade, entrelaçada em nossas histórias. Para a autora, algumas pessoas apresentam mais do que outras um discurso moralizante, ou seja, constroem enunciados orientados pelo senso comum, por idéias que representam a moral da sociedade em que vivem.

O senso comum, para Linde (idem, p. 4), é o conjunto de crenças e relações entre estas, compartilhadas por todas as pessoas em uma determinada cultura. Segundo a autora, as crenças são tão óbvias que se torna improvável vê-las como crenças, ou seja, o que é entendido como um fato da natureza, na realidade, é uma dissimulação cultural. Uma vez que o senso comum é tomado como natural, suas representações não são explícitas; portanto, para que se apontem essas crenças naturalizadas, suas omissões nas histórias narradas serão tão importantes quanto ou mais do que suas revelações.

Linde (1993, p. 21) estabelece que “uma história de vida consiste de todas as histórias e unidades discursivas associadas, como explicações e crônicas, e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida.” As unidades discursivas associadas que estão na história de vida precisam ter um ponto sobre o falante como avaliação principal e elas são contadas e recontadas porque têm reportabilidade.

3.2.2.1

Crônica

Para Linde (idem, p. 84), A crônica é um relato, que pertence ao universo da narrativa, um encadeamento de eventos que não tem um único foco interno avaliativo, contém avaliações de eventos individuais, mas não da seqüência como um todo.

O termo *crônica* surgiu para distinguir um documento que relatava eventos cronológicos e um documento que contém eventos não somente por ordem

cronológica, mas também pelo tema (Linde, idem, p. 84). Assim, um relato da história de um lugar contado ano a ano é uma crônica. Segundo Linde (idem, p. 86), para identificarmos uma crônica, precisaremos encontrar as características estruturais que a definem como uma unidade do discurso:

i) primeiramente, a pressuposição narrativa, ou seja, a ordem da narração deve ser compreendida como ordem dos eventos; assim, deveremos compreender que morrer precedeu crescer, crescer precedeu nascer;

ii) a segunda característica é que não há a ordem dos elementos que compõem uma narrativa segundo Labov (1972); a estrutura consiste inteiramente na narração ordenada dos eventos;

iii) a terceira é sobre a avaliação que é comum às narrativas, mas o seu uso em crônicas é diferente; em uma narrativa, a avaliação é usada para indicar o propósito da narrativa como um todo; em oposição, a crônica contém avaliações de eventos individuais, mas não na seqüência como um todo.

Linde (idem, p. 85) destaca que a crônica é “a recontagem de uma seqüência de eventos que não tem um único ponto avaliativo unificado”. Os eventos contados pressupõem a ordem da narração, mas os outros elementos (resumo, orientação, coda), típicos das narrativas, estão ausentes. Contém a crônica os eventos narrados e a avaliação de um único evento, isto é, a avaliação não se refere à seqüência toda (Linde, 1993, p. 87).

3.2.2.2

Explicação

A explicação consiste em uma determinada unidade do discurso que apresenta a estrutura de uma sentença seguida das razões pelas quais deve ser considerada verdadeira, usando marcadores como ‘porque’ ou ‘assim’; não deve ser confundida com a função social da explicação, o que a diferencia é a sua estrutura. Segundo Linde (idem, p. 90), a unidade discursiva explicação “começa com a afirmativa de alguma proposição a ser provada, seguida de uma seqüência de afirmativas sobre as razões (freqüentemente inúmeras razões encaixadas) do motivo pelo qual se deve acreditar na proposição”. A explicação é muito útil para

a análise de construção de identidades por meio de histórias de vida e a partir de posicionamentos e alinhamentos dos indivíduos.

3.2.3

O Modelo de tempo de Mishler

Para Mishler (2002, p. 98), a ordem temporal é o critério fundamental que distingue as narrativas dos outros gêneros do discurso. Percebe-se que, embora este seja um critério necessário, a ordem temporal não é suficiente, especialmente se quisermos fazer uma distinção maior entre seqüências de eventos que representam meramente listas e seqüências que são histórias.

O autor demonstra que podemos perceber uma duração apenas quando ela é organizada, levando à definição de enredo que é uma organização que humaniza o tempo, dando-lhe forma. Mishler (2002, p. 104) destaca que os enredos nas narrativas pessoais são ‘governados como um todo’ pelos seus modos de finalização, isto é, pela situação na qual os contadores se encontram depois de algo que lhes aconteceu no passado. Eles explicitam e documentam a ‘mão dupla do tempo’.

Ao desejar entender como os indivíduos aprendem, mudam e se desenvolvem, precisa-se ter uma alternativa ao modelo causal de ordem temporal linear, uma alternativa que dê espaço aos indivíduos para agirem no presente e em direção a um estado futuro indesejável de coisas futuras. Essa alternativa também deve dar espaço para seus modos de reinterpretar o significado de eventos passados em termos de conseqüências posteriores por meio das quais eles redefinem quem são e revisam os enredos de suas histórias de vida.

Um modelo narrativo/experiencial do tempo oferece um ponto de partida alternativo para a pesquisa sobre a narrativa e o desenvolvimento humano, que propõe novas perguntas e exige novos métodos e conceitos que possam se provar mais adequados, para estudar cada vida em seu contexto, do que aqueles que herdamos dos modelos e pressupostos do tempo do relógio.

Segundo Mishler (2002, p. 105-106), os teóricos estruturalistas da narrativa lidaram com o problema do tempo de modo diferente, tratando a ordem

temporal dos eventos em uma história como uma estrutura de superfície, subordinada e derivada de uma estrutura profunda, com variações quanto à estrutura de superfície de interesse e significado menor. Assim, a estrutura profunda não consiste em narrativa, mas em um conjunto de relações entre oposições binárias presumivelmente universais.

Mishler (2002, p. 107) argumenta que o ato de narrativizar reatribui significado aos eventos em termos das suas conseqüências, isto é, de como a história se desenvolve e termina, e não em termos do seu lugar temporal na seqüência de eventos. Assim, o tempo narrativo é central para a maneira como uma história é estruturada e entendida, e o ordenamento temporal é simplesmente uma estratégia para organizar os eventos em um enredo.

Nesta pesquisa, os estudos das concepções de identidade vão nos ajudar a analisar como as identidades surgem durante as narrativas e são construídas na interação, com o mundo social e com o outro. As identidades que emergem no discurso são co-construídas e re-construídas no momento da interação.

Já a questão do estigma social do homoerotismo permeia as narrativas e os discursos do entrevistador e do entrevistado, influenciando os seus alinhamentos e posicionamentos.

Neste estudo, a Sociolinguística Interacional tem uma grande importância, pois ela articula as relações abordadas aqui de ordem micro interacional e macro social do discurso em que as identidades masculinas homossexuais são construídas localmente e ao mesmo tempo dialogam com o mundo social amplo.